



Câmara Municipal de Nova Venécia
Estado do Espírito Santo



**ATA DA REUNIÃO DA 1ª AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO
PERMANENTE DE FLEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO,
3ª SESSÃO LEGISLATIVA, 16ª LEGISLATURA
EM 20 DE FEVEREIRO DE 2020 (QUINTA-FEIRA), ÀS 9 HORAS**

Presidente: Gleyciaria Bergamim de Araujo (DEM)

Aos Vinte dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte , às nove horas , no recinto do Plenário da Câmara Municipal de Nova Venécia, Estado do Espírito Santo, reuniram-se em audiência pública o Presidente da Comissão de Permanente de Legislação, Justiça e Redação, Gleyciaria Bergamim de Araujo, Presidente, Jocimar de Oliveira Silva Vice-Presidente; A mesa da audiência foi composta pelos vereadores, Gleyciaria Bergamim de Araujo, Juarez Olioze, Jocimar de Oliveira Silva, Servidores Wallace Campos Duarte, Jose Fernandes Neves Procurador Geral, Daniela Braga Araujo Zamprogno, Procuradora Juridica, Lelio Macarini, Promotor de Justiça, compondo a mesa de vereadores; Claudio Marcos Alves dos Santos, Antonio Emilio Abreu Dias Borges, Luciano Marcio, Luciano Pereira dos Santos, Dejanir Dias, Jose Maria Primo ;Também estiveram presentes os servidores Julia Campo Dall Horto Giuriatto, Angela Ribeiro Pazito , Elizabeth Felipe, Cintia Zache Theodoro, Erica Carvalho Dutra. O presidente da Comissão Gleyciaria Bergamim de Araujo declara aberta os trabalhos da Audiência Publica nº 1/2020 que tem por objetivo subsidiar a Comissão Permanente de Legislação, Justiça e Redação final e demais vereadores do Poder Legislativo Municipal em eventuais apresentações de emendas e elaboração do Parecer Técnico sobre o Projeto de Lei nº3/2020, que define a utilização de drones de pulverização, para aplicação de agrotóxicos, produtos congêneres e seus componentes agrícolas, nas lavouras na área territorial do município de Nova Venecia-ES, e da outras providencias. Em seguida o Presidente compôs a mesa e designou o servidor Wallace Campos Duarte para exercer as atribuições de Secretário ad hoc, nos termos do art. 9º, I, do Decreto Lei nº 567/2013, para auxiliar nos trabalhos durante a audiência. Prossequindo a presidência explicou o contexto da realização da mesma e após rápida explanação, o Secretario ad hoc leu o projeto de Lei Nº 3/2020 e foi dada a oportunidade ao Professor Edinei Leandro da Vitoria para uma apresentação técnica do uso do drones e o Professor Ronaldo Furtado de Oliveira que apresentou pesquisas feitas em algumas lavouras e seus resultados obtidos, sendo feito as explanações a Presidente convidou os presentes para a realização de manifestações e perguntas. Iniciando a discussão da matéria, fez uso da palavra os inscritos na ordem que segue;

Bruno Bastianello , que fez uma entrega de abaixo-assinado apoiando a aprovação do Projeto de Lei-03/2020, Leide Maria Fagundes,Foi contraria a aprovação do projeto, pois afetaria de forma mais agressiva as lavouras, o solo e as propriedades vizinhas, Emerson



Câmara Municipal de Nova Venécia ***Estado do Espírito Santo***

Mantovaneli, discursou sobre o aumento progressivo de agrotóxicos jogados nos solos brasileiros, Pedro Colona, mostrou a preocupação com os casos de intoxicação com o uso de agrotóxicos lançados ao ar, com muita incidência de problemas clínicos devido ao uso dos agrotóxicos, Joel Alhender, sugere que o projeto seja mais bem apreciado com bases em pesquisas mais robustas e com as aprovações e resultados obtidos, Moises Marre – explicou sobre a importância do uso das tecnologias em prol da comunidade, porém espera que seja aguardado dados concretos sobre a utilização dos drones e sugeriu que se faça outra audiência pública para um maior debate sobre o assunto, Josiel Santana, sugere que seja feitas emendas para uma explicação melhor do projeto, sobre o uso dos aparelhos, os técnicos autorizados, relatórios de produtos que estão sendo usado, a quantidade de produtos, normas técnicas, modelos de drones, pois da forma que esta sendo apresentado o projeto esta muito vago as informações, Claudia Antunes, abriu sua palavra fazendo uma pergunta ao auditório se todos estavam preocupados com a utilização de agrotóxicos e informou que índices aponta para um aumento do uso de agrotóxicos que estão sendo lançados no ar do nosso país, citando o Paraná com maior estado que faz o uso dos agrotóxicos com alto índice de óbitos em razão do uso descontrolado e fez uma pergunta ao autor do Projeto se o mesmo tinha feito um estudo de campo sobre os impactos do uso. O vereador Juarez Olios respondeu que a proposta do projeto de lei foi discutida antes junto a associações, sindicatos, INCAPER, IDAF e os demais vereadores onde todos discutiram antes de apresentar a Câmara, Lelio Macarini confirmou a ação do Ministério Público junto a sociedade e o compromisso com Meio Ambiente lembrou a presença do município na Agenda 21 e o seu posicionamento contrário ao projeto de Lei, propondo suspender o projeto e aguardar normas técnicas para um melhor embasamento da proposta, Eduardo Lucindo, explicou que o uso do drone não tem uma portaria liberando o uso do drone tipo classe 3, pois são esses modelos adequados para o uso nas lavouras e sugere aguardar a regulamentação do ministério da agricultura e emendas para fortalecer o projeto, Dayla Pancieri, cobrou a fiscalização dos 30% de recursos que estão sendo usado na agricultura familiar e se os vereadores estão apresentando projetos para a sustentabilidade dos produtores rurais e solicitou a criação de um relatório fornecido pela secretaria de saúde com dados de pessoas com intoxicação de agrotóxicos no município, Pedro Paulo - CEPORG-ES foi contrário ao uso dos drones, sugere uma ampliação dos debates antes da aprovação do projeto, Primo Dalmasio, fez uma pergunta sobre que mundo nos queremos, informou sobre as doenças que esta sendo causadas pelo uso de agrotóxicos nas lavouras. Roger Laiber, foi favorável ao projeto apresentado sendo contrário as falas de outros participantes dizendo que até o momento eles estavam falando sobre o uso de agrotóxicos e não da tecnologia dos drones, Valdicimar de Assis, explicou sobre a boa aceitação do uso dos drones em outros países e outros estados com uma grande diminuição do uso de quantidades de agrotóxicos lançados no ar, Henrique Lubiana, sugere suspender a matéria até um posicionamento do ministério da agricultura, Gelma Boniães, solicitou que seja tudo feito de acordo com as leis e sugere a suspensão do projeto para maior clareza das formas do uso dos drones.

Jaime Bernardo, falou sobre a preocupação como será a fiscalização por parte do município do uso, Adenilson Rodrigues, explicou que o problema não são os drones e sim a forma descontrolada do homem do uso de agrotóxicos a maior causa de problemas e também a preocupação com a fiscalização do uso dos drones, Andre Siqueira respondeu ao senhor



Câmara Municipal de Nova Venécia
Estado do Espírito Santo

Adenilson que a fiscalização poderá ser feita através de denunciar como tem sido feita no momento e que na atualidade o numero de servidores e ferramentas são insuficientes para a fiscalização completa da área, Otamir Carloni, apresentou a Lei-3221 que foi contra o uso de aeronaves para aplicação de agrotóxicos nas lavouras do município e que o projeto que esta sendo apresentado precisa de muitas informações para ser debatidas junto a sociedade, Daniel Lubiana, foi favorável a aprovação do projeto, pois no seu ponto de vista o uso dos drones tem como o produtor mapear melhor a área da propriedade identificando o local exato que precisa ser usado os defensores agrícola e fez uma pergunta o Promotor Lelio Macarini sobre o que seria da agricultura do município se ela não for viável? A resposta do Promotor foi que o importante e a valorização em primeiro lugar da vida com menos impactos ambientais, Luciano Marcio, sugere a suspensão da matéria devido a falta de informações no projeto, falta de emendas e no momento o município não teria como fiscalizar o usos dos drones, Claudio Marcos Alves dos Santos, sugere um maior debate sobre a proposta apresentada com mais dados técnicos e resultados obtidos, Dejanir Dias, sugere a suspensão do projeto para maior debate com a sociedade, Jocimar de Oliveira Silva, parabenizou a participação popular e se colocou a disposição para acolher todas as proposta feita para um analise melhor do projeto. Juarez Oliose, falou sobre a criação do projeto atende ao pedido feito pelas comunidades, dizendo que este sempre aberto ao dialogo, Adelson Salvador, saudou a todos os presentes, muito feliz com a participação popular e também solicitou um debate maior sobre o projeto que esta sendo apresentado, Lelio Macarini, Apresentou alguns artigos da constituição federal e solicitou que a comissão aguarde o entendimento da união e estados para depois prosseguir com o projeto de lei e no momento o seu pensamento e contrário ao projeto de lei. A Presidente Gleyciaria Bergamim de Araujo, encerrou a audiência pública, às doze horas e cinqüenta minutos do dia vinte de fevereiro de dois mil e vinte. E, para constar eu Wallace Campos Duarte, Assistente Administrativo da Câmara Municipal de Nova Venécia-ES, lavrei a presente ATA, que, por ter sido lida e aprovada, será assinada pela vereadora Gleyciaria Bergamim de Araujo, Presidente da Comissão Permanente de legislação e Justiça, Jose Luiz da Silva, Vice-Presidente e Jocimar de Oliveira Silva- Membro

Constam na ata as assinaturas dos senhores:

Gleyciaria Bergamim de Araujo - Presidente - CLJRF

Jose Luiz da Silva, Vice- Presidente - CLJRF

Jocimar da Silva, Membro - CLJRF

Wallace Campos Duarte – Secretário ad hoc